

Embates, disputas e artes: memórias do Movimento LGBTQ+ em Pernambuco entre os anos de 2010 e 2020

Émerson Silva Santos¹
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo: A literatura especializada em discutir a organização política e a reivindicação de direitos pelas identidades sexuais e de gênero dissidentes do padrão heteronormativo tem dado pouco espaço as experiências situadas fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Caminhando em direção oposta, este artigo tem como objetivo construir memórias do Movimento LGBTQ+ em Pernambuco no período entre 2010 e 2020. Assim, o estudo pretende contribuir para uma compreensão mais ampliada dessa forma de ação coletiva no Brasil.

Palavras-chave: movimento LGBTQ+; memórias; sexualidade; gênero.

SANTOS, Émerson Silva. Embates, disputas e artes: memórias do Movimento LGBTQ+ em Pernambuco entre os anos de 2010 e 2020. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (27): 401-416, setembro a dezembro de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEduc/CAA/UFPE). É autor do livro “LGBTfobia na Educação e a Atuação da Gestão Escolar”.

Struggles, disputes, and art: memories of the LGBT+ Movement in Pernambuco between 2010 and 2020

Abstract: The literature specialized in discussing the political organization and rights advocacy by dissident sexual and gender identities from the heteronormative standard has given little space to experiences outside the Rio de Janeiro-São Paulo axis. Walking in the opposite direction, this article aims to construct memories of the LGBT+ Movement in Pernambuco between 2010 and 2020. Thus, the study intends to contribute to a broader understanding of this form of collective action in Brazil.

Keywords: LGBT+ movement; memories; sexuality; gender.

Enfrentamientos, disputas y arte: memorias del Movimiento LGBT+ en Pernambuco entre 2010 y 2020

Resumen: La literatura especializada en discutir la organización política y la reivindicación de derechos por las identidades sexuales y de género disidentes del patrón heteronormativo ha dado poco espacio a las experiencias situadas fuera del eje Río de Janeiro-São Paulo. Caminando en dirección opuesta, este artículo tiene como objetivo construir memorias del Movimiento LGBT+ en Pernambuco en el período entre 2010 y 2020. Así, el estudio pretende contribuir a una comprensión más amplia de esta forma de acción colectiva en Brasil.

Palabras clave: movimiento LGBT+; memorias; sexualidad; género.

Ao longo desses mais 40 anos de trajetória da organização política das dissidências sexuais e de gênero no Brasil e de constituição do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersextos, Assexuais, Queers e outras identidade e expressões de gênero (LGBT+) no país, um conjunto bastante diversificado de estudos já foram desenvolvidos. Apesar de não haver consenso teórico a respeito de qual seria a definição mais adequada para essa forma de ação coletiva, as obras de Simões e Facchini (2009), Colling (2015) e Quinalha (2022) nos oferecem importantes pistas nessa direção.

Em linhas gerais, é possível compreender que o Movimento LGBT+ se constituiu como um movimento diversificado e plural, formado por uma variedade de sujeitos que atuam com o objetivo de realizar alterações nas estruturas sociais, promover a cidadania e demandar a efetivação e ampliação de direitos. Ativistas e militantes do Movimento objetivam ainda realizar modificações no campo da cultura, com vistas a superação das violências motivadas por intolerância, discriminação e ódio praticadas contra aqueles que não atendem os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

Apesar da crescente ampliação das pesquisas a respeito da diversidade dessa forma de ação coletiva no Brasil, persiste na literatura especializada uma sub-representação das experiências que se dão fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo construir memórias do Movimento LGBT+ em Pernambuco no período entre 2010 e 2020.

Na compreensão de Michael Pollak (1992), memórias não são um fenômeno individual, antes, se tratam de uma construção coletiva, submetida a flutuações e transformações em permanente disputa. As memórias aqui apresentadas foram construídas a partir da realização de 17 entrevistas com lideranças do Movimento LGBT+ pernambucano e da coleta de dados documentais nas redes sociais de organizações da militância. O estudo adota uma compreensão mais alargada de documentos para pesquisa científica, tal qual a defendida por Peter Spink *et al.* (2014). Os autores compreendem como “documentos de domínio público” para pesquisa científica uma variedade de materiais que incluem textos, imagens, registros em áudio ou vídeo e outros materiais de acesso ao pesquisador, inclusive disponibilizados na internet.

A coleta do material documental e a realização das entrevistas ocorreram no ano de 2021. Esse material constituiu o *corpus* de uma pesquisa de doutorado realizada no âmbito do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sendo este artigo um dos resultados dessa tese.

No presente trabalho, optou-se pela utilização da sigla LGBT+ para designar o conjunto de identidades sexuais e de gênero dissidentes da heteronormatividade. Utilizada pelas lideranças que participaram das entrevistas, a sigla foi de comum uso do Movimento LGBT+ em Pernambuco no período entre 2010 e 2020. Eventualmente, outras siglas podem aparecer ao longo da próxima seção.

Nesses casos, a utilização ocorre em respeito a denominação de grupos, eventos e outras ações que foram organizadas ou contaram com a participação de militantes do Movimento.

O cenário do Movimento LGBTQ+ em Pernambuco entre 2010 e 2020

O ano de 2011 começou com os preparativos para o desfile do Bloco da Diversidade nas cidades de Recife e Olinda. Fundado em 2009 sob a liderança de Irene Freire², além de agremiação carnavalesca, o Bloco se constituiu como uma organização não governamental (ONG), com registro legal e objetivos definidos com vistas a promoção de atividades socioculturais de valorização da diversidade sexual e de gênero. Ao longo dos anos seguintes, o desfile do Bloco foi atraindo um público cada vez maior e a agremiação se consolidou como uma das principais atividades do Movimento LGBTQ+ pernambucano no período do carnaval. Passado o período da folia de momo, o Bloco da Diversidade manteve atuação integrando-se ao COMLESBI, Fórum LGBTQ+ de Pernambuco e outros espaços de articulação política para o enfrentamento da discriminação.

Desde a sua fundação em 2009, representantes da direção do Grupo mantêm diferentes interações com o Estado. A figura 1 abaixo expressa isso. O registro da 3ª edição do Bloco, realizada no ano de 2012, com o tema “Na Zona vote na Diversidade”, Irene Freire posa para foto ao lado do então Prefeito do Recife, João da Costa, acompanhados por um folião inspirado em Carmem Miranda que carrega o estandarte da agremiação. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a fundadora do Bloco já ocupou diversos cargos em comissão na administração pública municipal da capital pernambucana.

Figura 1 – 3ª Edição do Bloco da Diversidade. Fonte: Facebook Bloco da Diversidade, 2012



Quando se trata do Bloco da Diversidade se faz necessário abrir um parêntese para resgatar outra experiência do mesmo nome que ocorreu entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Nesse período, o Grupo Gay de Pernambuco (GGP)³, organização liderada por Gilvan Nixon, realizou anualmente alguns

² Também participaram da fundação da organização Bloco da Diversidade Irene Maria Fonseca Freire, Fernanda Costa Lima, Micheline Américo, Gerailton Jorge Barbosa, Kátia da Paz Alves e Kalina Régia (LEMOS, 2019).

³ Apesar de lançar mão de diferentes estratégias e em inúmeras tentativas, não foi possível localizar mais informações a respeito da trajetória do GGP.

desfiles na Avenida Conde da Boa Vista de uma agremiação denominada como Bloco da Diversidade. A atração contava com trios elétricos e ocupava a principal avenida do bairro boa vista no carnaval da cidade do Recife.

O Bloco da Diversidade organizado pelo GGP foi descontinuado com o falecimento do Presidente do Grupo, conhecido como Gilvan Nixon, posicionado a direita no registro fotográfico abaixo. Sua morte causou grande consternação e mobilização no Movimento LGBT de Pernambuco no início dos anos 2000. Gilvan era servidor da Prefeitura do Recife e de acordo com o sistema previdenciário do município, regulado pela Lei 16730/2001, seus dependentes estavam aptos ao recebimento de pensão por morte. Entre os dependentes assegurados pela legislação estão “companheiro ou companheira homossexual”. De posse dessa informação e com apoio de diversos militantes, o então companheiro de Gilvan, conhecido como Júnior Nixon, posicionado a esquerda da Figura 2, solicitou o benefício que foi deferido pela Prefeitura do Recife no ano de 2003. Esta foi a primeira concessão de benefício previdenciário por reconhecimento de uma relação homoafetiva que se tem registro em Pernambuco.

Figura 2 – Membros do GGP e da Comissão Organizadora do Bloco da Diversidade. Fonte: Acervo pessoal de Adriano. Ano desconhecido.



Apesar de ambos serem denominados Bloco da Diversidade, há diferenças entre o evento organizado pelo GGP e a ONG liderada por Irene Freire. O desfile idealizado por Gilvan Nixon trouxe importante visibilidade para o debate da diversidade sexual entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, mas se tratava de um evento anual e pontual. Por outro lado, a ONG Bloco da Diversidade, fundada no ano de 2009, se trata de uma organização de atuação permanente que se consolidou em diferentes espaços de articulação política do Movimento LGBT de Pernambuco a partir de 2011.

Outros eventos político-culturais também foram organizados pelo Movimento no início da década de 2010 em Pernambuco. No mês de dezembro de 2011 foi realizada a 6ª Parada da Diversidade LGBT de Caruaru e região agreste. Contando com um público considerável, o evento recebeu apoio da Prefeitura do município através da então Secretaria Especial da Mulher que pouco depois viria a abrigar uma Assessoria de Diversidade Sexual.

As diversas Paradas da Diversidade organizadas em municípios de todas as regiões do estado passavam a contar cada vez mais com apoio de órgãos governa-

mentais, inclusive em municípios de pequeno e médio porte. Na maioria das vezes, a organização da Parada resultava em abertura de novos canais de diálogo do Movimento LGBT junto ao poder público. Isso ocorreu sobretudo nas cidades localizadas no interior do estado, onde na maioria dos casos os processos de invisibilidade e violência contra indivíduos que não se enquadram nos padrões heteronormativos podem ser ainda mais intensos.

No início da década de 2010, a região metropolitana do Recife concentrava uma série de iniciativas governamentais, legislações e organizações da sociedade civil especializadas no enfrentamento à LGBTfobia. Já nos municípios situados nas regiões mais interioranas de Pernambuco a realidade era bastante distinta. Mesmo nos locais onde grupos de sujeitos LGBTs haviam se reunido e fundado algum tipo de organização política, a ausência de ações governamentais de combate à violência persistia.

Três acontecimentos ocorridos respectivamente nas regiões da zona da mata, agreste e sertão contribuíram para desestabilizar esse processo, sendo eles os surgimentos: (i) da Rede LGBT do Interior de Pernambuco; (ii) do Coletivo Lutas e Cores; e (iii) da Associação Arco-íris Belemita de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros da cidade de Belém de São Francisco (Associação Arco-íris LGBT).

A Rede LGBT do Interior de Pernambuco surgiu em 2011 através do Grupo Sete Cores de Pombos, município da zona da mata pernambucana. A principal liderança do Grupo, Sandro Cipriano, possuía uma trajetória de militância em diferentes movimentos sociais, tendo atuado em organizações estudantis, juvenis e de defesa da agroecologia. Após fundar a ONG Grupo Sete Cores, Cipriano, com apoio de lideranças do Movimento Leões do Norte iniciou as mobilizações para fundação de uma rede que articulasse as experiências de Grupos de militância LGBT sediados em municípios do interior do estado.

Pouco mais de um ano após a fundação da articulação, o Grupo Sete Cores através de Sandro Cipriano organizou o 2º Encontro da Rede LGBT do Interior de Pernambuco no mês de outubro de 2012. O evento ocorreu na sede do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), uma ONG com atuação na área da agroecologia e da defesa da agricultura familiar. Contando com a participação de lideranças LGBT de diversos municípios localizados no interior do estado, o Encontro recebeu financiamento do Governo de Pernambuco que ajustou a custear as despesas de sua realização.

Sob a liderança do Grupo Sete Cores, tendo apoio permanente do Movimento Leões do Norte, a Rede LGBT do Interior de Pernambuco passou a realizar uma série de eventos de formação de lideranças LGBTs em municípios da zona da mata, agreste e sertão do estado. Muitos desses processos formativos tinham por objetivo fomentar processos de *advocacy*⁴ para criação de políticas públicas de enfrentamento à discriminação em municípios localizados no interior. Durante os eventos, os participantes passaram por capacitações que deveriam ser replicadas por eles nas suas respectivas cidades.

Essas iniciativas da Rede LGBT contribuíram significativamente para o surgimento de assessorias, coordenações e gerências de diversidade sexual e de gênero em municípios localizados em diferentes regiões de Pernambuco. O trabalho da Rede também possibilitou um espaço de compartilhamento de estratégias de

⁴ *Advocacy* corresponde às tentativas de influenciar o clima político, as decisões sobre políticas públicas, programas e orçamentos, as percepções da população sobre normas sociais, através de um conjunto de ações bem planejadas e organizadas, realizadas por um grupo de indivíduos ou organizações comprometidas e que trabalham de maneira articulada (REIS e CAZAL, 2021).

atuação e de experiências políticas de lideranças LGBT do interior do estado. Esses processos também contribuíram para que algumas dessas lideranças assumiram cargos de livre nomeação em municípios que criaram organismos de políticas públicas LGBT.

As ações da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, sob a coordenação de Sandro Cipriano, provocaram uma série de modificações no Movimento LGBT pernambucano. Lamentavelmente, Cipriano foi ao que tudo indica mais uma vítima da LGBTfobia. Em 27 de junho de 2019, véspera do Dia do Orgulho LGBT, o ativista foi assassinado com um tiro na cabeça. Seu corpo foi encontrado dois dias após o crime em um sítio da zona rural de Pombos. Ao ser capturado pela polícia, o assassino negou motivação homofóbica e interesse patrimonial. O inquérito da política civil concluiu não haver qualquer indício de crime de ódio em virtude da sexualidade da vítima. A conclusão da investigação despertou indignação em lideranças LGBT de todo o país e revela os processos de silenciamento e negação da violência LGBTfóbica no Brasil, sobretudo em contextos interioranos.

Um ano após o crime que tirou sua vida, Sandro Cipriano tornou-se patrono da causa da diversidade em Pernambuco. A honraria foi instituída pela Lei 16948/2020, de autoria do Deputado Estadual Isaltino Nascimento, aprovada pela Assembleia Legislativa em junho de 2020. Anualmente, uma série de homenagens continuam a ser realizadas nas redes sociais por organizações da sociedade civil, veículos de imprensa e parlamentares.

Após a morte de Sandro Cipriano, o apoio de lideranças do Leões do Norte tornou-se ainda mais presente no dia a dia da Rede LGBT do Interior de Pernambuco. Os materiais de divulgação dos eventos organizados pela Rede contam, quase sempre, com a logomarca dos Leões. O Grupo da capital pernambucana ampliou sua aproximação junto aos militantes do interior do estado, fortalecendo sua influência.

Enquanto o Sete Cores de Pombos, Grupo responsável pela fundação da Rede LGBT do Interior, se destacou como principal organização de militância LGBT na zona da mata na década de 2010, o Coletivo Lutas e Cores ocupou esse posto no agreste pernambucano. Fundado no final de outubro de 2014, o Coletivo nasceu da inquietação de jovens ativistas com a militância LGBT que até então havia no município de Caruaru. Com uma perspectiva horizontalizada onde não havia uma direção instituída, o Lutas e Cores passou a atrair cada vez mais interessados, chegando a contar com cerca de 40 membros.

Figura 3 – Comemoração do aniversário de 5 anos do Coletivo Lutas e Cores. Fonte: Facebook Lutas e Cores, 2019.



A divulgação de registros em imagem e vídeo das atividades realizadas pelo coletivo nas redes sociais impressionava os Grupos organizados já existentes em Pernambuco diante da frequência em que ocorriam e do público participante. Pouco tempo após a sua fundação, o Lutas e Cores já contava com representantes no Conselho estadual LGBT e na Rede LGBT do Interior de Pernambuco. Sua atuação influenciou diretamente a fundação ou rearticulação de Grupos de militância em diferentes municípios da região agreste do estado, a exemplo de Belo Jardim, Gravatá, Garanhuns, Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe.

Na 3ª Conferência Estadual LGBT, realizada na capital pernambucana em 2016, a militância do Coletivo Lutas e Cores articulou os delegados representantes dos municípios do interior e a partir disso uma série de propostas dessas regiões foram aprovadas. Em geral, as demandas consistiam na criação, por parte do Governo de Pernambuco, de centros de referência em cidadania e combate à discriminação, ambulatórios especializados no apoio a pessoas em transição de gênero e transferências de recursos para desenvolvimento de outras ações por parte dos municípios. Após a participação de destaque na conferência, o Lutas e Cores foi convidado a integrar o Fórum LGBT de Pernambuco, sendo o primeiro Grupo do interior do estado a compor a articulação.

Além de cobrar a criação de políticas públicas de combate à discriminação e denunciar a negligência dos governos municipal e estadual, o Lutas e Cores se destacou pela diversidade de atividades promovidas, a exemplo de palestras em escolas e universidades, rodas de diálogo, atos, performances, seminários, panfletagens, entre outras. Por iniciativa do Coletivo, a festa do São João de Caruaru passou a abrigar na sua programação uma intervenção cultural LGBT, realizada anualmente no dia do orgulho, em 28 de junho. Confraternizações, festas e debates em estabelecimentos de frequência da comunidade LGBT local também foram promovidos.

Semelhante ao Lutas e Cores, a Associação Arco-íris LGBT de Belém do São Francisco também se destacou por sua atuação no interior do estado. Apesar da existência prévia de outras experiências de militância no sertão pernambucano, a exemplo da Associação Sertão das Cores (ASSERCO) que foi fundada no município de Salgueiro no ano de 2006 e do ativismo de Alzir Brasileiro na cidade de Petrolina desde o início dos anos 2000, a Associação Arco-íris ganhou relevante destaque na década de 2010 em virtude de inúmeras conquistas obtidas junto ao poder público municipal e das mobilizações que realizou.

A primeira edição da Parada da Diversidade em Belém do São Francisco foi organizada no ano de 2013 pela Associação Arco-íris LGBT. A principal liderança da organização, conhecida como Fábio Belíssima, se articulou com o poder público local para garantir o apoio necessário a realização do evento. Com a repercussão positiva da Parada, novos militantes se engajaram na Associação e o evento passou a ser realizado anualmente. A edição de 2015 foi antecedida por uma semana de atividades que compreenderam a realização de palestras, de uma conferência municipal de políticas públicas LGBT e um ato em alusão ao dia nacional da visibilidade lésbica⁵.

Esse conjunto de mobilizações e as interações estabelecidas pelos militantes com o chefe do poder Executivo e de representantes do Legislativo local possibilitou a instituição de um Conselho Municipal LGBT, a convocação de conferências

⁵ <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2015/08/belem-do-sao-francisco-recebe-palestras-sobre-direitos-lgbt.html>.

municipais para discutir propostas de enfrentamento à discriminação, a aprovação de inúmeras legislações municipais incluindo no calendário municipal a celebração de datas comemorativas do Movimento LGBT e a criação de uma diretoria de promoção dos direitos LGBT no âmbito da Prefeitura do município, cargo que passou a ser ocupado por Fábio Belíssima. Em poucos anos, a pequena cidade de pouco mais de 20 mil habitantes localizada no sertão do estado passou a ser uma das principais referências em termos de políticas públicas de combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT em Pernambuco.

A movimentação LGBT em Belém do São Francisco entrou em declínio no final de 2017. Esse processo foi resultado da morte de Fábio Belíssima em setembro do mesmo ano. O ativista cometeu suicídio em sua residência. A notícia colocou o Movimento LGBT pernambucano em luto e acendeu novamente o alerta para as dificuldades de saúde mental enfrentadas por suas lideranças.

O Presidente da Associação Arco-íris e diretor do departamento LGBT de Belém do São Francisco também atuou como presidente do conselho municipal LGBT, membro titular do conselho estadual na primeira composição do colegiado, coordenador regional da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População LGBT (FONGES). Sua atuação marcou o Movimento LGBT em Pernambuco, sobretudo pelas ações de fortalecimento da organização política em localidades situadas fora dos limites da região metropolitana do estado.

Outro personagem importante na trajetória do Movimento LGBT pernambucano falecido na década de 2010 foi o professor José Ivo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE). O professor compunha o Fórum LGBT representando a entidade Sindical da qual era dirigente. Sua atuação foi de grande relevância na articulação de apoio financeiro de diferentes Sindicatos para realização de diversas edições da Parada da Diversidade. José Ivo também foi um dos responsáveis por organizar o Encontro Estadual sobre Diversidade Sexual LGBT dos Trabalhadores em Educação, em 2010. Liderou ainda o processo de fundação do Coletivo para Assuntos da Diversidade Sexual LGBT na estrutura do SINTEPE, uma espécie de núcleo na diretoria do Sindicato para fomentar ações de combate ao preconceito.

Com a morte do professor José Ivo, em decorrência de causas naturais no final de 2017, o Coletivo LGBT do SINTEPE desarticulou-se por um período de quase dois anos, retomando suas atividades somente em 2019 quando foi realizada a oitava edição⁶ do Encontro de Diversidade Sexual promovido pelo Sindicato. O evento tem mobilizado os trabalhadores da educação de diferentes regiões de Pernambuco para discutir ações de enfrentamento ao preconceito nas escolas e fortalecido iniciativas dos docentes nessa mesma direção.

Observando a trajetória das lutas de combate à discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero no contexto pernambucano nota-se um apoio regular de setores expressivos do Movimento Sindical ao Movimento LGBT. Além da colaboração do SINTEPE na década de 2010, já foi apontado aqui o apoio do SindSaúde e Sindicato dos Bancários na década de 1990 e do Sindsprev/PE nos anos 2000.

Além do apoio regular do Movimento Sindical, do crescimento e da visibilidade adquirida pelos Grupos de militância em municípios interioranos e da ampliação dos debates sobre diversidade sexual e gênero no âmbito do movimento

⁶ <https://pe.cut.org.br/noticias/sintepe-retoma-coletivo-lgbt-e-realiza-encontro-pela-diversidade-sexual-lgbti-5d56>

ranças transmasculinas também tecem um conjunto de críticas a outras organizações lideradas por travestis ou mulheres trans, a exemplo da Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco (NATRAPE).

Fundada no ano de 2013 em Recife, a NATRAPE é uma associação sem fins lucrativos institucionalizada na forma de ONG que atua na defesa da cidadania da população trans e na promoção dos direitos humanos no estado. Heymilly Maynard, fundadora e principal liderança da instituição no período 2010-2020, trabalhava em uma empresa do ramo *call center* na capital pernambucana. Neste emprego vinha enfrentando episódios de preconceito quando teve acesso a um curso de formação em ativismos LGBT organizado pela ONG Gestos, em 2013. A participação no processo formativo possibilitou o encontro com travestis e mulheres transexuais de diferentes gerações que tinham divergências com a AMOTRANS e propuseram a fundação de uma nova organização. Assim surgiu a NATRAPE que rapidamente passou a se inserir nas atividades do Movimento LGBT em Pernambuco.

Inicialmente, a Nova Associação atraiu uma série de militantes descontentes com a AMOTRANS. Esse processo acabou instaurando um clima de permanente disputa entre as duas organizações de travestis e mulheres transexuais em Pernambuco. O clima de acirramento local se estendia para o plano nacional. Enquanto a AMOTRANS compunha a ANTRA, primeira entidade a articular nacionalmente os Grupos de militância formados por travestis e mulheres trans; a NATRAPE associou-se à Rede Trans Brasil, outra articulação nacional que se fortaleceu após uma série de divergências ocorridas no interior da ANTRA.

No mês de novembro de 2016 a capital pernambucana sediou a 2ª edição do workshop regional nordeste da Rede Trans em Pernambuco. O evento organizado pela NATRAPE reuniu travestis, mulheres e homens trans de todos os estados do nordeste. O evento teve como objetivos fortalecer a Rede Trans na região, atrair novos Grupos para se filiarem a instituição e estimular o *advocacy* junto aos governos estaduais para atendimento das demandas apresentadas pelo segmento.

Apesar de propor uma contraposição ao perfil da AMOTRANS, a NATRAPE também foi acusada de contribuir para invisibilidade das demandas e reivindicações realizadas pelo segmento de homens trans. Uma série de conflitos internos afastou os ativistas transmasculinos dos Grupos lideradas por travestis e mulheres transexuais. Na perspectiva deles, tanto a AMOTRANS quanto a NATRAPE tratavam suas demandas como questões em segundo plano que deveriam ser pautadas por uma espécie de “núcleo” de homens trans dentro dessas organizações.

O lugar de “núcleo”, no entendimento deles, significa que essas Associações não estavam verdadeiramente abertas para suas pautas, tampouco haveria qualquer possibilidade de um homem trans ocupar o cargo de presidente dos referidos Grupos. As disputas por visibilidade e protagonismo também ocorreram na ocupação de cargos em comissão na burocracia estatal.

Quando comparada as experiências de outros segmentos do Movimento LGBT em Pernambuco, a organização política de homens trans é marcada por um conjunto de tensões, desencontros e períodos de desmobilização. Apesar das barreiras enfrentadas, muitas delas no âmbito da própria militância, as experiências transmasculinas tem adquirido cada vez mais visibilidade, obtendo significativas conquistas em termos de políticas públicas para atender as demandas do segmento.

A trajetória de organização política dos homens trans no Brasil teve o pontapé inicial durante o 18º ENTLAIDS, realizado em 2011, na cidade do Recife. Na ocasião, um total de 5 homens trans tiveram a possibilidade de participar do evento

que contava com mais de uma centena de participantes do gênero feminino (travestis, transexuais e mulheres trans).

Apesar de estarem em um número modesto, resolveram fundar uma articulação de caráter nacional que pudesse organizar politicamente homens trans de todas as regiões do país e vocalizar as demandas do segmento por políticas públicas e acesso a cidadania. Assim surgiu a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), formalmente fundada em um encontro realizado na cidade de São Paulo, em julho de 2012, que contou com a participação de 17 homens trans de diferentes estados brasileiros.

Leonardo Tenório e Luciano Palhano, à época residentes em Pernambuco, lideraram o processo de fundação da ABHT, sendo Tenório eleito presidente da rede. O primeiro evento de destaque da Associação foi realizado em Recife. Em 1º de março de 2012 ocorreu o lançamento do livro “Viagem Solitária - Memórias de um Transexual Trinta Anos Depois”, de autoria de João W. Nery, na Livraria Cultura localizada no Cais da Alfândega. Palhano e Tenório se surpreenderam com a grande participação no evento que contou com um público estimado em 400 pessoas. O lançamento do livro teve apoio do departamento de políticas LGBT da Prefeitura do Recife, a GLOS, então coordenada por Rivânia Rodrigues¹⁰.

A ABHT teve vida curta, encerrando suas atividades em 2014 ao final da gestão da primeira direção eleita. A organização passou por um processo de esvaziamento em virtude de discordâncias do estilo de liderança do seu presidente, Leonardo Tenório. Já no ano de 2013, Luciano Palhano e outros ativistas dissidentes da Associação fundaram o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). A instituição surgiu com objetivos e estrutura similar a ABHT, buscando representatividade em todas as regiões do país.

No contexto local, após um período de desarticulação os ativistas transmasculinos se rearticularam na 3ª Conferência LGBT de Pernambuco, realizada em 2016. A presença ativa nesse espaço de participação social rendeu a aprovação de diversas demandas do segmento, sobretudo em relação ao acesso a saúde integral e mais especificamente ao processo de transição de gênero. A reivindicação por visibilidade no Movimento LGBT também foi apresentada e alguns representantes do segmento foram eleitos para compor a delegação do estado na 3ª Conferência Nacional LGBT, realizada no mesmo ano na capital federal.

A participação na 3ª Conferência estadual LGBT colocou diferentes ativistas transmasculinos em contato. Essa experiência resultou na fundação da Associação de Homens Trans & Transmasculinidades (AHTM), ocorrida no início de fevereiro de 2017 na cidade do Recife. O Grupo surgiu vinculado nacionalmente ao IBRAT com a missão contribuir para a construção do acesso a cidadania plena e aos direitos humanos dos homens trans em Pernambuco.

Desenvolvendo ações e organizando eventos de forma periódica, a AHTM passou a reunir um número considerável de membros, conforme possível observar na figura 5 abaixo. Pouco mais de um ano após sua fundação, conflitos internos acabaram por fragilizar a associação dos homens trans pernambucanos que no final de 2019 já estava completamente desarticulada.

¹⁰ <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2012/02/29/primeiro-transexual-do-brasil-lanca-autobiografia-no-recife/index.html>.

Figura 5 – Celebração de um ano de fundação da AHTM. Fonte: Facebook AHTM, 2018.



No seu breve período de existência a AHTM reuniu ativistas de diferentes municípios para pressionar o Governo de Pernambuco com vistas a ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de acompanhamento dos homens trans em processo de transição de gênero no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), instituição pública estadual, integrante do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco (UPE). A Associação também recorreu ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para buscar a intervenção do órgão diante das dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços de saúde, tendo a instituição como parceira fundamental nesse processo.

Conflitos no Movimento LGBT pernambucano não se restringiram aos processos de organização de pessoas trans. Recém-chegadas na militância, o núcleo local do Movimento Mães pela Diversidade¹¹ se dividiu menos de um ano após sua instalação. Fundado por Gi Machado e Regina Guimarães, ambas mães de LGBTs e residentes na região metropolitana do Recife, o Grupo fundado em 2015 cindiu no início do ano seguinte em virtude de conflitos envolvendo a participação nas atividades da Semana Nordestina da Visibilidade Trans, organizada pela AMOTRANS. Após a divisão, Gi Machado seguiu na condução do Mães pela Diversidade no estado, mas a instituição deixou de compor o Fórum LGBT de Pernambuco. Por sua vez, Regina Guimarães continuou no colegiado como ativista independente e em 2018 fundou o Instituto Transviver com apoio do seu filho, o artista Juan Guiã¹².

O Instituto liderado por Regina Guimarães surgiu com a missão de acolher a população LGBT em situação de vulnerabilidade social, criando condições de empoderamento e de protagonismo para o exercício da cidadania plena. Desde a sua fundação, a organização tem realizado uma série de iniciativas em termos de promoção de atividades culturais e esportivas, qualificação profissional e acesso a emprego e renda com foco no atendimento de homens trans.

¹¹ Em Pernambuco, a organização política de mães, pais e familiares de LGBTs para o combate à discriminação foi iniciada com o Movimento Mães Pela Igualdade, liderado por Eleonora Pereira. Seu filho, José Ricardo, foi espancado até a morte no ano de 2010. O crime, defende Eleonora, teve motivação homofóbica. Por sua vez, o Mães pela Diversidade é um Movimento de caráter nacional cujo núcleo em pernambucano foi fundado por Gi Machado e Regina Guimarães.

¹² Artista gay que transita pela música, dança, teatro e performance. Também tem atuação na militância da área de defesa dos direitos humanos.

Figura 6 – Representantes do time de futebol do Instituto Transviver na 18ª Parada da Diversidade Pernambuco.
Fonte: Facebook Instituto Transviver, 2019.



O período entre 2010 e 2020 também foi marcado pela ampliação da realização de atividades culturais na temática da diversidade sexual e de gênero. Além dos eventos organizados pelos Grupos de militância, a exemplo das Paradas da Diversidade nos diversos municípios do estado, da intervenção cultural realizada pelo Coletivo Lutas e Cores no São João de Caruaru e do Bloco da Diversidade nas festividades de carnaval em Recife e Olinda, um número considerável de eventos foi organizado por grupos de pesquisa vinculados à universidades públicas e privadas, produtores culturais independentes e estabelecimentos privados com frequentação da comunidade LGBT. Até mesmo a Missa do Vaqueiro, tradicional evento religioso realizado na zona rural do município de Serrita, localizado no sertão do estado, tem contado com a participação de ativistas LGBT empunhando a bandeira do arco-íris.

O Festival de Cinema de Diversidade Sexual e de Gênero (RECIFEST), que ocorre anualmente desde 2013, em novembro, no Cine São Luiz, na cidade do Recife, é uma das maiores expressões do processo de ampliação dos debates dessa temática na sociedade. Consolidado e figurando entre os principais Festivais de Cinema LGBT do país, o RECIFEST tem sido um espaço de fortalecimento e visibilidade da produção audiovisual sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Figura 7 – Cartaz de divulgação da 7ª edição do Recifest. Fonte: Facebook Recifest, 2019.



Idealizado por Rosinha Assis e Rutilio de Oliveria, ao longo de suas diversas edições o RECIFEST já passou por municípios de todas as regiões de Pernambuco. Palmares na mata norte, Caruaru no agreste e Arcoverde no sertão são algumas das cidades que o Festival já percorreu, mantendo sempre a realização de exposições no Cine São Luís em Recife. Além dos filmes reproduzidos, a programação do RECIFEST geralmente prevê uma série de oficinas do audiovisual e de debates em torno das questões de diversidade sexual e de gênero. Praças, parques, universidades e escolas públicas estão entre os espaços que já abrigaram algum tipo de intervenção do Festival.

As edições do RECIFEST têm contado com o engajamento de diferentes Grupos do Movimento LGBT de Pernambuco na sua divulgação, mobilização de público e frequência das mostras que ocorrem anualmente no mês de novembro. O apoio estatal vindo de diferentes prefeituras e do governo estadual também tem sido imprescindível para realização do evento. O financiamento com recursos públicos de um Festival que promove a ampliação do debate a respeito da diversidade sexual e de gênero na sociedade, muitas vezes a partir de experiências consideravelmente disruptivas, revela o fortalecimento dessa agenda no contexto pernambucano.

Considerações finais

Observar a diversidade de formas de organização e de atuação do Movimento LGBT+ em Pernambuco, no período entre os anos de 2010 e 2020, evidencia como essa forma de ação coletiva tem sido marcada por uma série de disputas e embates. Outro aspecto relevante diz respeito ao investimento da militância no campo da cultura, organizando as já famosas Paradas da Diversidade, festivais de cinema e até mesmo articulando a inserção de programações com artistas LGBT+ em tradicionais eventos de massa, a exemplo das festividades de Carnaval e de São João.

Deslocar olhares para a organização política das dissidências sexuais e de gênero situada fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo também possibilita entender a adoção de estratégias de reivindicação de direitos ainda pouco conhecidas e problematizadas pela literatura especializada.

Nessa direção, além de construir memórias do Movimento LGBT+ em Pernambuco, este artigo também contribuiu para uma compreensão mais ampliada dessa forma de ação coletiva no Brasil. Espera-se também que este estudo inspire a realização de novas pesquisas que adotem a perspectiva de visibilizar a pluralidade de experiências do Movimento LGBT+ no nosso país.

*Recebido em 2 de abril de 2024.
Aprovado em 2 de outubro de 2024.*

Referências

- COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- LEMOS, Ana Carla da Silva. *Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFPE, 2019.
- NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5 (10): 200-215, 1992.
- QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. São Paulo: Autêntica Editora, 2022.
- REIS, Toni; CAZAL, Simón. *Manual de advocacy, litigância estratégica, controle social e accountability LGBTI+*. Curitiba: IBDSEX, 2021.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.